



# BOLETIM SOBRE DIREITOS HUMANOS

**Rede Moçambicana de Defensores de Direitos Humanos**



<https://multimedia.europarl.europa.eu>

GUARDIÃO DA DEMOCRACIA | [www.cddmoz.org](http://www.cddmoz.org)

Sexta - feira, 6 de Maio de 2022 | Ano 04, n.º 73 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

PERANTE O OLHAR CÚMPLICE DO GOVERNO

## Dugongo Cimentos piorou as condições de vida de dezenas de famílias em Matutuíne

Residentes da zona de Mudada, no distrito de Matutuíne, província de Maputo, acusam a fábrica de cimento Dugongo Cimentos SA de não estar a cumprir com as suas obrigações sociais, o que se traduz numa grave violação da legislação que rege o reassentamento em Moçambique.



Créditos: MMO Notícias



Créditos: MÍDIALAB

Com a implantação da cimenteira há um ano, a população esperava melhorias nas condições de vida, mas o que acontece é ao contrário. A empresa explora calcário e clínquer para a produção do cimento numa zona onde as mais de 100 famílias de Mudada praticavam agricultura, sua principal actividade de rendimento.

Para além da diminuição das áreas de cultivo, os efeitos da exploração de calcário e clínquer reduziram a produtividade, afectando a sobrevivência das famílias. Os camponeses lamentam ainda que durante o processo de extracção de minerais, as máquinas e camiões despejam montes de areia sobre as suas culturas, além de abrir enormes crateras que inviabilizam a circulação de viaturas.

Estas queixas foram relatadas por alguns camponeses residentes em Mudada numa longa reportagem produzida pela MídiaLab<sup>1</sup>, uma televisão *online*. Segundo alguns entrevistados, quando começaram as negociações para a implantação da cimenteira em 2005, os investidores prometeram fornecer serviços sociais básicos, tais como água potável e energia. Houve também promessas de emprego para os residentes locais.

E foi pensando nessas promessas a população cedeu parte significativa das áreas onde praticava a agricultura. Sucede, porém, que desde a inauguração da fábrica em Maio de 2021 a Dugongo Cimentos ainda não cumpriu com o prometido. As famílias estão desesperadas e dizem que não sabem a quem recorrer para a resolução do problema.

Contactado pela “MídiaLab”, o Governo distrital de Matutuine reconheceu que a empresa Dugongo Cimentos cometeu várias, incluindo no processo de reassentamento das famílias afectadas pela instalação da fábrica. “Inicialmente houve desentendimentos em relação às plantas das casas, pois não reflectiam a vontade dos beneficiários. As casas eram pequenas e houve atraso no arranque das obras”.

As autoridades governamentais dizem que estão a sensibilizar a empresa de capitais chineses a cumprir com as suas obrigações de responsabilidade social. Enquanto a Dugongo Cimentos não cumpre com as suas responsabilidades, as mais de 100 famílias afectadas pelas operações da fábrica continuam a (sobre)viver em precárias condições.

Na verdade, as condições de vidas das famílias residentes em Mudada pioraram com a instala-

<sup>1</sup> <https://www.facebook.com/MMidiaLab>



Créditos: MIDIALAB

ção da fábrica de cimento em Matutuíne. Isto é, o projecto que era suposto melhorar a vida das famílias afectadas concorreu para o seu empobrecimento, contrariando toda a lógica de responsabilidade social das empresas e do reassentamento.

A efectivação de uma justa indemnização pressupõe a existência de um memorando de entendimento firmado entre o Governo, empresas e as comunidades afectadas. Em Mudada, as comunidades dizem que não têm conhecimento da existência de um memorando de entendimento assinado entre elas, o Governo e a Dugongo Cimentos.

A actividade de extracção de calcário e clínquer (matéria-prima para o fabrico de cimento) é regulada pela legislação mineira. E esta legislação mineira estabelece que “os direitos pré-existentes de uso e aproveitamento da terra são considerados extintos após o pagamento de uma indemnização justa aos utentes e revogação dos mesmos, nos termos da legislação aplicável”.

Ao apropriar-se das terras de cultivo para ex-

plorar calcário e clínquer sem antes pagar uma indemnização justa aos camponeses, a cimenteira Dugongo está a violar de forma flagrante a legislação mineira, o direito das comunidades ao desenvolvimento e, conseqüentemente, os direitos humanos.

O CDD defende que o Governo deve obrigar a empresa Dugongo Cimentos a conformar-se com a legislação moçambicana, reparando todos os danos causados às populações afectadas pelas suas operações. A cimenteira deve pagar uma justa indemnização às famílias que ficaram com as áreas de cultivo reduzidas e viram as suas culturas destruídas pelas máquinas ao serviço da fábrica.

O Governo não deve continuar a ser cúmplice de abusos de direitos humanos, incluindo o direito das comunidades de Mudada ao desenvolvimento. O Governo não deve privilegiar os interesses do capital financeiro internacional, deixando à sua sorte dezenas de famílias que sofrem os efeitos negativos da presença de empresas de grande dimensão.





Créditos: TVM



### INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Joana da Lúcia  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana  
**Layout:** CDD

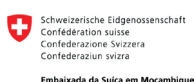
**Contacto:**  
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** [info@cddmoz.org](mailto:info@cddmoz.org)  
**Website:** <http://www.cddmoz.org>

#### PARCEIRO PROGRAMÁTICO



#### PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

